



Senadoras buscam ampliar espaço da mulher na política

Bancada feminina do Congresso aproveita o ano de eleições para promover ações pela equidade de gênero e de combate à violência doméstica

especial Cidadania

Neste ano de eleições municipais, as senadoras estão debatendo políticas públicas e mudanças na legislação que aumentem a participação da mulher na política. Elas também defendem a ampliação de espaços de direção no serviço público e nas

empresas. O objetivo é promover a igualdade de salários e de tratamento no mercado de trabalho, combater a violência de gênero e promover a efetiva emancipação feminina. Hoje, em sessão do Congresso pelo Dia Internacional da Mulher, o Senado entrega o Diploma Bertha Lutz a pessoas com atuação destacada na luta por esses direitos. **4 e 5**



Gerardo Magela/Agência Senado - 1/2/2015

Para senadoras que tomaram posse em 2015, número de eleitas em todo o país é pequeno em relação ao de eleitoras

Escola de São Paulo adota Constituição para as aulas 6

Comissão analisará MP que afeta Minha Casa, Minha Vida 3

Texto que regula extinção de colégio será votado hoje 2

Multa por bloqueio de estrada pode ficar mais cara 3

Grupo dedicado ao Aedes apresenta plano de trabalho 7



Gerardo Magela/Agência Senado

Na Comissão de Direitos Humanos, manifestantes pedem rejeição de projeto

Para especialistas, privatizar as prisões não resolverá problemas

A aprovação de proposta de parcerias público-privadas para administrar prisões pode até agravar as dificuldades enfrentadas pelo sistema carcerário no país, como super-

lotação, condições precárias e influência de facções criminosas, segundo participantes de audiência. Eles pediram a retirada do projeto da Agenda Brasil, para ampliar o debate. **3**

Mulheres dizem temer reforma da Previdência

Em audiência ontem, véspera do Dia da Mulher, ativistas do movimento feminino disseram que a proposta de reforma da Previdência que o governo está elaborando prejudicará as mulheres, especialmente por causa da provável elevação do tempo de contribuição necessário para a aposentadoria. A presidente da Con-

federação das Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli, disse que é preciso considerar que a mulher, além de ter uma profissão principal, trabalha em casa. A vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, afirmou que a fisiologia feminina não é igual à masculina, o que justifica a diferença na idade de aposentadoria. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

O senador Paulo Paim conduz a audiência sobre os direitos das mulheres: críticas a mudanças na Previdência Social

Publicidade enganosa e abusiva preocupa órgãos reguladores

Propagandas que afrontam o Código de Defesa do Consumidor, como as que não cumprem o prometido ou induzem ao erro e ao consumo exagerado, e o merchandising que não deixa claro ser um anúncio foram tema de debate entre órgãos do governo e de autorregulamentação do setor no Conselho de Comunicação Social do Congresso. **7**



Roque de Sá/Agência Senado

Igor Britto, do Ministério da Justiça, Miguel Ângelo Cançado, do conselho, e Edney Narchi, do Conar, no debate

Senadores se dividem sobre ação contra Lula

A condução coercitiva do ex-presidente Lula para prestar depoimento à Polícia Federal dividiu os senadores. Para parte deles, a medida foi exagerada, já que Lula disse que não se negaria a comparecer se tivesse sido chamado. Para outra parte, a ação foi necessária para que as investigações avancem. **8**

Em audiência, militantes dos direitos femininos disseram que mulheres serão prejudicadas por eventual elevação da idade para aposentadoria. Participante lembrou que elas fazem dupla jornada de trabalho



Léia Oliveira e Ivanilda Reis, representantes dos servidores das faculdades públicas, na audiência sobre direitos da mulher

Mulheres veem retrocesso em reforma da Previdência

A REFORMA DA Previdência que o governo federal promete colocar proximamente em debate foi atacada ontem pelas mulheres que participaram da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre os direitos das mulheres. Hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher.

A vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, criticou a intenção do governo de “aumentar em até dez anos” o tempo necessário para a aposentadoria da mulher. De acordo com ela, a fisiologia evidencia a diferença entre homens e mulheres:

— Estão buscando apenas o caminho mais fácil [para reduzir o déficit da Previdência], que é aumentar o tempo de contribuição.

Sindicalista: muitas faltam ao trabalho por medo da violência

Na audiência da CDH, a presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos, Juneia Martins Batista, anunciou o lançamento de uma cartilha com orientações sobre a questão da violência de gênero no local de trabalho. Disse que 52% das mulheres sofreram violência ou conhecem casos desse tipo no trabalho.

— Todas nós sabemos do que se trata. Muitas mulheres faltam ao trabalho por medo da violência. Não há desculpa para a violência.

A coordenadora-geral da Fasubra, Léia Oliveira, disse que é preciso reconhecer os avanços já conquistados na luta pelos direitos da mulher.

A pedagoga Eurídice Ferreira de Almeida, também da Fasubra, afirmou que é preciso

A presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli, também previu que a reforma previdenciária deverá retirar da mulher o direito de se aposentar mais cedo que o homem. Para ela, isso é um erro, pois “não leva em conta a dupla jornada de trabalho das mulheres”.

Para Gláucia, as mulheres precisam se posicionar e contar com representantes públicos comprometidos com a busca dos direitos femininos.

A secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Maria Pimentel, disse que a reforma necessária não é a previdenciária, mas sim uma reforma que garanta o fim da sonegação fiscal e dos desvios de dinheiro público.

— É uma verdadeira afronta

ao povo brasileiro, um escárnio. Homens e mulheres precisam se unir contra essa reforma [previdenciária].

A relação entre gênero, raça, crise e violência também foi abordada na audiência.

A coordenadora-geral das Mulheres Trabalhadoras da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Ivanilda Reis, apontou que, “se é difícil para a mulher, imagina para a mulher negra”.

Vítimas da crise

Ela citou pesquisas que indicam que as mulheres negras ocupam os piores cargos e recebem os piores salários, além de serem as principais vítimas da violência e do preconceito. Assim, segundo Ivanilda, a crise econômica e social termina sendo mais grave entre os negros, com destaque para as mulheres negras.

— A violência tem cor — ela lamentou.

A secretária nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, lembrou que o século 20 representou um período de conquistas de direitos para as mulheres. Ela citou a Constituição de 88 como exemplo de garantia de muitos direitos para as mulheres.

Aparecida, no entanto, lamentou o fato de os homens brancos ganharem mais do que as mulheres e de as mulheres brancas ganharem mais do que as negras.

— Nossa pauta é não perder nenhum dos direitos, é lutar por mais. Nossos direitos custaram a vida de muitas mulheres. É preciso enfrentar o discurso conservador.

Pais e alunos poderão ser ouvidos sobre extinção de escolas públicas

A comunidade e os conselhos de Educação poderão passar ser ouvidos obrigatoriamente a respeito da extinção de escolas públicas. É o que determina o PLS 10/2012, que será votado hoje em turno suplementar na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Se aprovado, deverá ir para a Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.

O projeto estabelece que os conselhos e as comunidades deverão ser consultados também sobre o destino a ser dado aos prédios e aos terrenos. No caso de venda ou aluguel, os recursos deverão obrigatoriamente ser destinados ao ensino público.

Atualmente, cabe às secretarias de Educação decidir sobre o fechamento de escolas.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, senador Douglas Cinto (PTB-PE), ao projeto do ex-senador Vital do Rêgo.

A proposta original não fazia referência à consulta à comunidade — ou seja, os alunos e suas famílias. Porém, pelo texto, a extinção ou a reestruturação na oferta de ensino dependeria da aprova-

ção do conselho de Educação municipal ou estadual.

Cintra optou pela solução de prévia consulta ao conselho, com extensão dessa iniciativa à comunidade. A seu ver, o envolvimento dos conselhos e da comunidade confere caráter mais democrático ao processo, pois assim é possível “contemplar maior gama de opiniões”, evitando que aspectos puramente administrativos e financeiros sejam levados em consideração.

O autor lembra que as novas exigências estabelecidas para ensino, como a oferta de educação integral, têm levado à construção de novas escolas, com extinção de outras, demolições e reestruturação de espaços. Segundo ele, isso nem sempre é feito segundo os interesses da educação:

— Tem acontecido que escolas sejam extintas e os terrenos de seus prédios sirvam à especulação imobiliária. Outras vezes, crianças e adolescentes com anos de matrícula numa escola têm que se sujeitar à troca de ambientes, a uma ressocialização forçada, a empreender quilômetros de novos percursos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Pesquisas clínicas**
8h45 Na pauta, projeto que agiliza a liberação de pesquisas clínicas.
- CDH Violência contra mulheres**
9h Audiência sobre políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher. Às 15h, reunião de trabalho.
- CMA Educação ambiental**
9h30 Análise de projeto que torna educação ambiental disciplina obrigatória.
- CAE Desapropriação**
10h Eleição do presidente da comissão. Após, exame de proposta sobre desapropriação para reparcelamento do solo.
- PRESIDÊNCIA Vetos**
11h Renan Calheiros participa de sessão solene. Às 12h, recebe o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. Às 19h, preside sessão do Congresso para análise de vetos.
- CONGRESSO Bertha Lutz**
11h Sessão para comemorar o Dia Internacional da Mulher e entregar o Diploma Bertha Lutz. Às 19h, sessão para exame dos Vetos 53 a 64/2015 e 1 a 4/2016.
- CE Alunos com deficiência**
11h30 Entre os itens da pauta, projeto que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência.

- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h A pauta está trancada pela MP 696/2015, que reduz o número de ministérios, e pela MP 693/2015, sobre energia elétrica durante as Olimpíadas.
- CMO Prestação de contas**
14h30 Reunião do colegiado de líderes da comissão. Depois, análise de relatórios de prestação de contas, de gestão fiscal e de avaliação de receitas e despesas.
- MP 698/2015 Minha Casa**
14h30 Análise de relatório da MP, que garante ao FGTS pagamento de prestações não quitadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- TRANSPARÊNCIA Requerimentos**
14h30 A Comissão de Transparência e Governança Pública analisa requerimentos.
- PARLASUL Agrotóxicos**
14h30 A Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul analisa projeto que substitui a expressão “agrotóxicos” por “produtos fitossanitários”, para adequar o texto às normas do Mercosul.
- MP 699/2015 Bloqueio de vias**
15h Análise de relatório da MP, que agrava a punição para interrupção deliberada de vias públicas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto do senador Vicentinho Alves que define normas para construção e administração de presídios por meio de parcerias público-privadas recebeu críticas em audiência

Especialistas rejeitam privatização de prisões

AGENDA BRASIL

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais, dos agentes penitenciários e da sociedade civil criticaram ontem o projeto de lei que define normas para privatização de presídios, por meio de parcerias público-privadas (PPPs) para a construção e gestão de estabelecimentos penais. Durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), eles pediram que a proposta (PLS 513/2011), de Vicentinho Alves (PR-TO), seja arquivada ou passe por um debate mais amplo.

Atualmente, o projeto, por integrar a Agenda Brasil, está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, o que garante votação ágil. Se aprovado, ele seguirá diretamente para o Plenário.

Presidindo o debate, Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento para que o PLS 513/2011 seja encaminhado à CDH, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), permitindo um período mais longo de discussão que o das propostas da Agenda Brasil.

Os debatedores reconheceram que o sistema prisional enfrenta problemas como superlotação, celas sem condições de higiene e presídios dominados por facções criminosas, mas rejeitaram a privatização dos presídios como solução.

— Não há concessão referente a esse projeto; não há meio termo, não há substitutivo e não há caminho alternativo. O caminho é derrotá-lo — disse Paulo Cesar Malvezzi Filho, assessor jurídico da Pastoral Carcerária.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Brasil ocupa o quarto



Paulo Paim (3º à esq.) e os debatedores, que foram unânimes em pedir a retirada do projeto da Agenda Brasil. Para eles, a proposta precisa ser mais discutida

lugar no ranking dos países com maior população carcerária do mundo. São cerca de 600 mil pessoas presas atualmente. Em 20 anos (1992–2012), essa população aumentou 380%. O temor é de que, com a privatização, a taxa de crescimento aumente ainda mais.

— Esse não é um debate que deve ser feito de forma açodada. A inclusão desse tema na Agenda Brasil certamente não é um ganho para o Estado brasileiro — disse o diretor-geral do Depen, Renato Campos De Vitto.

Política criminal

Para o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Alamiro Velludo Salvador Netto, a crise do sistema prisional é resultado da política criminal brasileira de encarceramento em massa.

— Privatiza-se para que o poder privado consiga aumentar os seus lucros. Portanto, privatizar o sistema prisional significa buscar mais vagas, e buscar mais vagas significa buscar mais presos. E,

nesse sentido, a privatização inexoravelmente vem com um projeto de aumento do número de pessoas que compõem a população prisional — afirmou.

A Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) também avaliou que a ineficiência do sistema prisional não pode levar à privatização.

— O ser humano jamais pode ter sua dignidade aviltada, pois lucro e pena não combinam. Um sistema carcerário privatizado abre possibilidades para mais e maiores penas — salientou Carlos Alves Moura.

Um dos argumentos frequentemente levantado por defensores da privatização é de que a medida garantiria a redução dos custos do Estado com os presos, o que foi rebatido durante a audiência. Enquanto nas penitenciárias públicas o custo mensal varia de R\$ 1.300 a R\$ 1.700 por preso, em Ribeirão das Neves (SP), primeira penitenciária privada do país, o repasse estatal é de R\$ 2.700.

— O Estado está pagando

mais para fazer a mesma coisa. E a diferença disso é simplesmente a margem de lucro do administrador. Então, não faz sentido que a gente aposte em um modelo mais caro e que, se não é pior, é a mesma coisa que o modelo público — criticou Bruno Shimizu, coordenador auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Condições de vida

Os presídios privados também não melhoram necessariamente as condições de vida dos presos, segundo Pétalla Timo, da Conectas Direitos Humanos.

— Posso mencionar o exemplo do sistema capixaba. Nas unidades que são administradas por empresas, segundo essa lógica da redução de custos, os detentos têm regimes desproporcionais de confinamento, permanecendo trancafiados em celas por mais de 23 horas e tendo direito apenas a 30 segundos de banho diário — disse.

Debatedores afirmaram

ainda que o projeto em análise no Senado é inconstitucional e delega à iniciativa privada a função mais primitiva do estado, que é o poder punitivo.

— O projeto de lei viola frontalmente o disposto no artigo 144 da Constituição federal, que acomete ao Estado a potestade da gestão da segurança pública, estando aí incluídos evidentemente tanto a imposição quanto o acompanhamento de penas aflitivas, como é a pena privativa de liberdade — argumentou Eduardo Galduróz, da Associação de Juízes pela Democracia (AJD).

Agentes penitenciários acrescentaram que a privatização de presídios pode representar redução salarial para esses profissionais.

— Precisamos discutir também qual a importância do agente penitenciário, uma categoria que até hoje não é reconhecida pela Constituição e que não tem uma regulamentação — afirmou Leandro Allan Vieira, presidente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários.

Comissão analisa MP do Minha Casa, Minha Vida

A comissão mista que analisa a medida provisória com mudanças nas regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) analisa hoje, às 14h, o relatório do deputado Arnon Bezerra (PTB-CE). A MP 698/2015 assegura que, se os beneficiários do programa não quitarem as prestações dos imóveis a serem construídos com recursos do FGTS, o Tesouro Nacional vai fazer a compensação.

O FGTS já está operando com o pagamento de parte da aquisição de imóveis novos, produzidos com recursos do Minha Casa, Minha Vida. Porém, as regras atuais exigem um tipo de garantia específica e, por isso, será necessário que o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) garanta o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro — como já ocorre hoje, mas em favor do beneficiário.

Para essa medida, será feita uma caução de depósito dos valores recebidos do FGTS exatamente no montante correspondente ao valor financiado ao mutuário, prevendo devolução do crédito ao FAR após a garantia.

O FAR continua responsável pela cobertura do risco de danos físicos ao imóvel e risco de morte ou invalidez permanente do beneficiário.

O governo justifica que, dessa forma, abre-se uma fonte alternativa de recursos para a continuidade do programa, principalmente com novo fluxo de pagamentos para o FAR, o que tem efeito positivo nas obras em andamento e na geração de emprego, uma vez que o setor da construção civil é intensivo em mão de obra.

O presidente da comissão é o senador Benedito de Lira (PP-AL), o vice-presidente é o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), e a relatora-revisora é a senadora Regina Sousa (PT-PI).

Relatório sobre aumento de punição por bloqueio de estrada pode ser votado

O relatório final da comissão mista sobre a medida provisória que aumentou a punição para quem utilizar veículos para bloquear vias públicas deve ser analisado hoje, às 15h.

A MP 699/2015 foi uma reação do governo ao movimento dos caminhoneiros que fechou rodovias em diversos estados em novembro do ano passado. O relator é Acir Gurgacz (PDT-RO). O Código de Trânsito (Lei 9.503/1997) previa, para esses casos, multa de R\$ 1.915 e apreensão do veículo. A medida aumentou a multa para R\$ 5.746, mais a apreensão do veículo. Essa multa será dobra-

da em caso de reincidência no período de 12 meses.

Os organizadores de manifestações poderão ser multados em R\$ 19.154 (dez vezes o valor da multa para veículo). O motorista que bloquear vias também poderá ter a habilitação suspensa por um ano, além de ficar proibido de receber crédito para aquisição de veículos por dez anos.

Pela MP, os serviços de recolhimento, depósito e guarda de veículo poderão ser executados por ente público ou particular, com custos pagos pelo proprietário do automóvel, ônibus, moto ou caminhão.

Lugar de mulher também é na política, no poder, no trabalho

Em ano de eleições municipais, senadoras buscam ampliar representação feminina. Hoje, Dia da Mulher, Senado lembra o exemplo de Bertha Lutz

Ester Monteiro

EMPODERAR A MULHER é uma expressão que vem se tornando cada vez mais usada no país e que, se transformada em ações concretas, pode mudar o lugar das brasileiras na sociedade. É nisso que acredita a bancada feminina do Senado, que luta com as deputadas federais pela aprovação de leis destinadas a aumentar o número de mulheres no poder e promover uma mudança de cultura. Mas, afinal, qual é o lugar da mulher? É também na política?

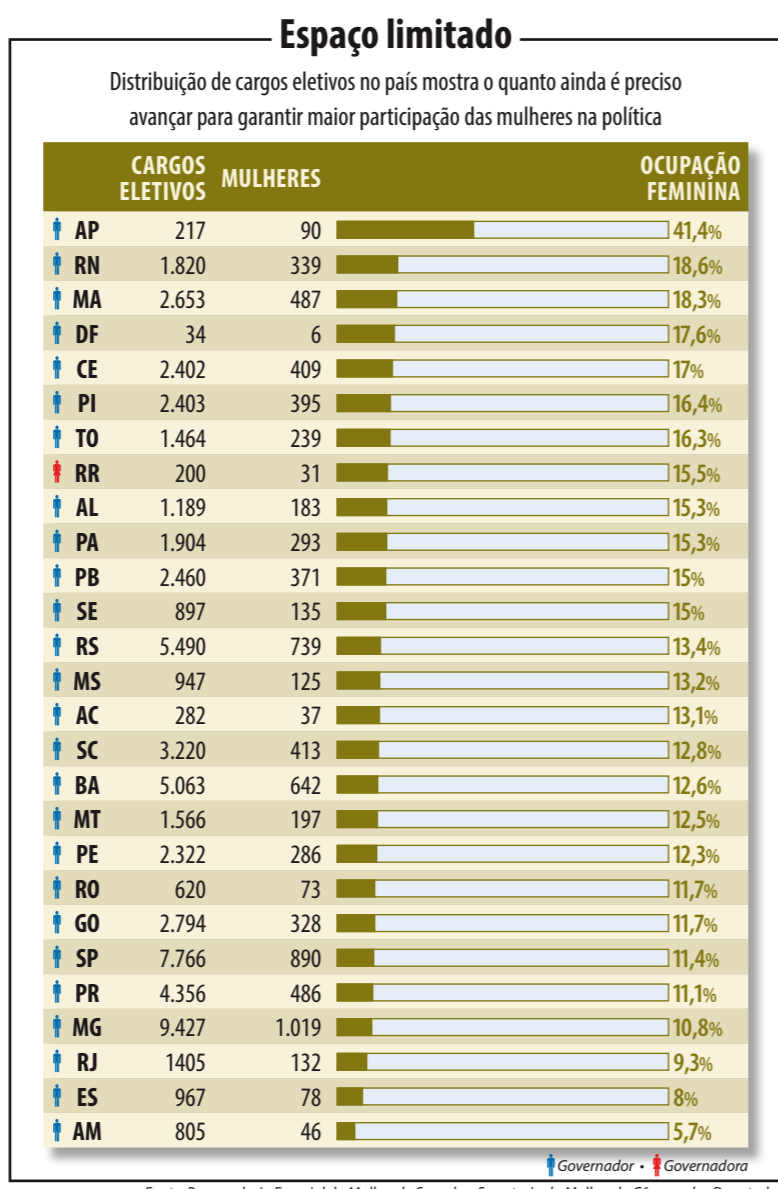
Para a procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “lugar de mulher é onde ela queira estar”. Segundo a senadora, os espaços reservados à mulher quase sempre foram impostos pelos interesses vigentes: quando não está em casa, cuidando do marido e das crianças, está no trabalho, ajudando a prover o sustento.

— O mundo em que a gente vive penaliza a mulher por ela desenvolver a função que eu considero a mais nobre da humanidade: a maternidade.

Mais recentemente, as mulheres passaram a ocupar postos-chave em grandes empresas e no serviço público. Em 2013, com a criação da Procuradoria Especial da Mulher, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, o debate sobre igualdade de direitos entre mulheres e homens passou a ter mais espaço no Legislativo.

A estrutura administrativa do Senado tem 6 mulheres em cargos de assessoramento superior — 18% do total. Entre elas, está a diretora-geral, Ilana Trombka. Dos 11 cargos na Mesa Diretora, 1 é ocupado pela senadora Ângela Portela (PT-RR). E a Ouvidoria do Senado é comandada pela senadora Lúcia Vânia (PSB-GO).

Pela primeira vez, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) é presidida por uma mulher: a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). E a de Assuntos Econômicos (CAE) deve eleger hoje como presidente a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). O Senado integra o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, desenvolvido pelo governo, e já recebeu o selo de boas práticas.



Mapa da Violência é reflexo da falta de direitos e do predomínio dos homens

Embora as estatísticas detectem avanços importantes em vários setores, o lugar da mulher brasileira ainda reflete o domínio do homem sobre a vida dela. O Mapa da Violência 2015, divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, aponta que 55,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas no ambiente doméstico e 33,2%, por parceiros ou ex-parceiros. Os números são da base de dados do Ministério da Saúde em 2013 (veja quadro).

— Enquanto a mulher não ocupar os espaços de poder, de mando, o homem vai enxergá-la como propriedade sua, podendo dispor do seu corpo como ele bem entenda, inclusive, para agredi-la e tirar sua vida — afirma Vanessa Grazziotin.

A presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, Simone Tebet (PMDB-MS), explica.

— A mulher quando detém o poder tem um olhar mais especial para essas questões: saúde, educação, políticas públicas de assistência social. E a mulher no poder tem condições de ajudar outras mulheres menos favorecidas.

Mas a tarefa da mudança não

é simples. No Mapa Mulheres na Política 2015, apresentado pela ONU no ano passado, o Brasil ocupa uma das últimas posições na lista de 188 países pesquisados quanto à participação feminina nos Parlamentos.

Vanessa conta que, de acordo com estudo recente desenvolvido pela consultora legislativa do Senado Conceição Lima, em termos de presença feminina em Parlamentos, o Brasil só está mais bem colocado que Haiti, Belize e São Cristóvão nas Américas e no Caribe.

— A gente perde para Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, México, Estados Unidos, para tudo. E alguns homens no Brasil ainda dizem que as mulheres não

participam da política porque não têm vocação — afirma a senadora.

Outra barreira é a pouca efetividade da legislação devido ao fato de os partidos serem dominados por homens.

— Os partidos preenchem as vagas com mulheres, mas grande parte delas é o que nós chamamos de candidaturas do faz de conta, as candidaturas laranjas. Eles pegam qualquer pessoa, funcionárias, parentes, para colocar o nome e não serem penalizados pela Justiça Eleitoral brasileira. Só que poucas são as mulheres que têm candidatura de fato e, quando têm, elas não acessam os recursos partidários para poder fazer a sua campanha, não acessam o tempo de televisão e de rádio, não acessam nada — reclama.

A sobrecarga que recai sobre a mulher é outro fator que faz com que seja negada a ela uma condição favorável para participar de atividades políticas.

— Quase 40% das famílias brasileiras são mantidas hoje por mulheres, exclusivamente. Então elas têm que trabalhar fora. Chegam em casa e têm que fazer as tarefas domésticas sozinhas, têm que cuidar dos filhos

sozinhas. Ainda são poucos os homens, esposos, companheiros, filhos, que dividem a tarefa com as mulheres dentro de casa — alerta Vanessa.

Esse é um comportamento que vem de longe e pode explicar a longa luta para conseguir o direito de votar e ser votada.

O combate à violência contra a mulher e a conquista de espaços na política são as grandes prioridades da bancada feminina no Congresso em 2016.

— A luta pelo empoderamento não significa o abandono das demais bandeiras. A bancada continuará atuando por igualdade no mercado de trabalho, por mais salários, ficando atenta a qualquer iniciativa que represente retrocesso — avisa.

Para ela, é preciso ter consciência de que uma sociedade justa só será possível quando a mulher estiver plenamente emancipada. A senadora ressalta, ainda, que o lugar do homem nessa luta é ao lado delas.

— Não existe lugar para o homem, lugar para a mulher. Temos os homens e temos as mulheres, são grupos que se complementam e a complementação desse grupo é que mantém a espécie humana viva.

Número de eleitas é baixo em relação ao de eleitoras

A primeira opção da bancada feminina no Congresso para tratar do empoderamento são políticas públicas que acelerem a participação da mulher, principalmente no Legislativo, recomendação da ONU desde a 4ª Conferência Internacional das Mulheres, em Pequim (1995).

De acordo com Vanessa Grazziotin, países que fizeram reformas profundas nas leis eleitorais deram saltos significativos. Nessas nações, diz, há uma valorização dos partidos, onde o tratamento é igualitário.

— São os partidos que apresentam a lista de candidatos. São listas preordenadas através da democracia interna e nelas, geralmente, há uma alternância de gênero — explica.

Exemplos de reformas, segundo Vanessa, são países europeus e a Argentina, que teve a presença feminina no Parlamento aumentada de 10% para 37%.

Enquanto a reforma não chega, as brasileiras abraçam a tese da cota, para elevar o debate sobre a mulher na política. Em 20 anos de aplicação, a Lei de Cotas, que começou com uma previsão de 20% das vagas, já passou por aprimoramentos.

A Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) prevê que o total de candidatos registrados por um partido ou coligação deveria ser de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% de candidatos do mesmo gênero. As legendas poderiam preencher essas cotas ou não, mas nunca preenchiam e sempre favoreceram os homens. Uma alteração em 2009 garantiu que as vagas teriam que ser preenchidas.

A legislação determina ainda que os partidos destinem 5% do Fundo Partidário à formação política das mulheres e 10% do tempo de propaganda para difundir a participação feminina.

Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou aumento no número de eleitoras e candidatas. Elas já representam

52,13% dos 142.822.046 eleitores, 5,8% a mais do que em 2010. Do total, 6.245 foram consideradas aptas a concorrer aos cargos eletivos, representando um aumento de 71% em relação às eleições de 2010.

Para a Presidência, foram três candidatas, contra duas em 2010. Além disso, 19 mulheres concorreram aos governos estaduais e do Distrito Federal, enquanto em 2010 foram 16. Para o Senado, 34 candidatas participaram da disputa, contra 29 na eleição anterior.

Os maiores aumentos referem-se aos cargos proporcionais, especialmente para a Câmara dos Deputados. Na última eleição, 1.730 mulheres disputaram um cargo de deputada federal, contra 935 em 2010, um acréscimo de 85%. Na eleição para as assembleias legislativas, o aumento foi de 70% (4.172 candidatas em 2014 e 2.447 no pleito anterior).

Cadeiras

Se hoje mais mulheres se candidatam, resultado da política de cotas, o mesmo não se pode dizer sobre o total de eleitas, apesar de o país já ter elegido uma mulher, Dilma Rousseff, para presidente.

Embora representem 7 milhões a mais de votos, as mulheres ainda não têm representação proporcional a esse número no Parlamento. Em 2014, só 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina tem 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas).

Para este ano, em que estarão em disputa mais de 60 mil cargos municipais nas prefeituras e câmaras de vereadores, Vanessa Grazziotin é pouco otimista. Ela afirma que “não há nada na atual conjuntura que tenha mudado de forma tão radical o cenário”.

A proposta da bancada feminina é a apresentação de lista

partidária com alternância, a exemplo de outros países. Entretanto, assim como as demais senadoras e deputadas, Vanessa está convencida de que a aprovação no Congresso seria improvável. Por essa razão, a estratégia agora é outra: a cota de cadeiras nos Parlamentos.

Se essa cota for colocada em prática, nenhum estado do Brasil poderia eleger uma bancada sem ter pelo menos uma mulher. E, na avaliação da senadora, o percentual mínimo poderia chegar a 14% ou 15%, o que seria um salto significativo.

Campanha

Fátima Bezerra (PT-RN) garante que as parlamentares não vão se conformar com o déficit grave da participação das mulheres na política.

— Nos espaços de decisão do poder, a mulher está totalmente sub-representada — afirma.

Fátima é autora de projeto aprovado pelo Senado (PLS 515/2015) que institui 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. O texto está na Câmara.

A bancada feminina no Congresso também trabalha para sensibilizar brasileiras em todo o país por meio da campanha Mais Mulheres na Política.

Entre março e dezembro de 2015, a campanha organizada pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher e a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados, chegou a 12 capitais e 6 cidades do interior.

A mobilização volta à agenda este ano. Mas não é a única ferramenta para chegar ao público-alvo. Após conseguir mudar a Lei Eleitoral em 2013, a bancada feminina ganhou um importante aliado: o TSE passou a promover campanha institucional em rádio e televisão para incentivar a participação feminina na política.



Presidente do TSE, Dias Toffoli recebe comitiva para tratar da campanha de estímulo à participação das mulheres na política



Líder feminista, Bertha chegou a ser acusada de fraudar o pleito

Discurso de Bertha Lutz há 80 anos permanece atual

O lugar da brasileira na política é uma construção de mais de um século.

No dia 24 de fevereiro de 1932, foi publicado o primeiro Código Eleitoral do Brasil, que eliminou as restrições, mas apenas facultou o voto às mulheres. O alistamento e o voto só passaram a ser obrigatórios definitivamente na Constituição de 1946.

Entre as personagens desse longo processo, destacou-se a bióloga e líder feminista Bertha Lutz.

Ela foi companheira de bancada da primeira brasileira a votar e ser votada, Carlota Pereira de Queiroz. Eleita deputada federal por São Paulo, em 1935, Carlota foi a primeira voz feminina a ser ouvida no Congresso. A chegada de Bertha ao Parlamento aconteceu um ano depois — há exatos 80 anos —, revelando a árdua jornada que se repete nos dias de hoje.

A feminista ainda teve que enfrentar a calúnia dos companheiros de partido, o Autonomismo, de que ela havia fraudado as eleições. Foi inocentada em fevereiro de 1935. E, finalmente, por ser primeira suplente, Bertha foi chamada a ocupar a vaga em decorrência da morte do deputado Cândido Pessoa.

Em seu primeiro discurso, no dia da posse na Câmara dos Deputados, 28 de julho de 1936, Bertha Lutz registrou a realidade daquele tempo, que parece permanecer muito atual.

“A mulher é metade da população, a metade menos favorecida. Seu labor no lar é incessante e anônimo; seu trabalho profissional é pobremente remunerado, e as mais das vezes o seu talento é frustrado, quanto às oportunidades de desenvolvimento e expansão. É justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular”, disse naquela ocasião.

Buscando reconhecer as pautas femininas, prêmio será entregue hoje

Personalidades que se destacaram na luta pelos direitos da mulher são homenageadas anualmente com o Diploma Bertha Lutz. O diploma será entregue hoje, às 11h, em sessão solene do Congresso. Instituída pelo Senado em 2001, a premiação chega à 15ª edição tendo homenageado 75 mulheres de várias áreas de atuação. Entre elas, a farmacêutica Maria da Penha, que inspirou a aprovação da Lei Maria da Penha; Zilda Arns, que foi coordenadora da Pastoral da Criança; a presidente da República, Dilma Rousseff; e a ex-senadora Emília Fernandes, autora do projeto que deu origem à premiação.

A apreciação das indicações e a escolha dos cinco nomes agraciados são feitas pelo Conselho do Diploma Bertha Lutz, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado.

O destaque, este ano, é a inclusão do primeiro homem entre os agraciados: o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello. Quando presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2014, ele lançou a campanha publicitária Mais Mulheres na Política. Também ajudou a conceber a ideia publicitária “Todo poder às mulheres”, defendendo condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e de atuação na sociedade.

A inclusão de homens passou a ser permitida desde o ano passado, com a aprovação do Projeto de Resolução 2/2001. Além de Marco Aurélio, serão premiadas a ex-ministra Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher a integrar e presidir o Supremo Tribunal Federal; a cirurgiã-dentista Lucía Regina Antony, ex-vereadora em Manaus, líder feminista, fundadora

e ex-presidente do Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas e da União de Mulheres de Manaus; a militante nas áreas de raça e gênero Luiza Helena de Bairros, ex-titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Social da Bahia e ex-ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (de 2011 a 2014); e a escritora Lya Luft.

Frases

Trago sempre as palavras de padre Antonio Vieira: “Nós não devemos praticar o ato visando ao prêmio”, mas é claro que todos nós somos humanos e, na nossa caminhada profissional, precisamos de estímulos. A outorga do prêmio, e o fato de ser o primeiro homem a recebê-lo, é um grande estímulo à perseverança, buscando bem servir aos meus concidadãos.

—Marco Aurélio Mello

Eu considero o Diploma Bertha Lutz um estímulo extraordinário à luta emancipacionista da mulher brasileira. É uma forma de reconhecer não só as mulheres que se destacaram profissionalmente, individualmente, mas a luta coletiva delas por uma sociedade melhor.

—Lucia Antony

Eu já conhecia o diploma, do período em que vivi em Brasília. Fui convidada a participar algumas vezes da cerimônia, mas, sinceramente, nunca me imaginei como parte do prêmio. Fiquei bastante surpresa.

—Luiza Helena de Bairros

Bertha foi uma figura muito carismática, então me senti muito honrada por ser lembrada aqui no meu retiro, quietinha. É um prêmio em que a gente não se inscreve, não pede, não espera, então a gente fica muito feliz com ele.

—Lya Luft

Colaborou: Aline Guedes



Saiba mais

Prioridades da bancada feminina
<http://bit.ly/prioridadesMulher>

Procuradoria da Mulher do Senado
<http://bit.ly/ProcuradoriaMulher>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Alunos de escola no interior de São Paulo receberam exemplares impressos pelo Senado como parte de projeto pedagógico para estudos sobre democracia e os três Poderes

Professora faz rifa para comprar Constituição

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL impressa pelo Senado tem contribuído para a formação de jovens da rede pública do interior de São Paulo. Com a publicação em mãos, alunos da Escola Estadual Oscália Góes Corrêa Santos, em Rio Claro, puderam aprender, na prática, a aplicação dos ideais iluministas e conheceram mais sobre os direitos fundamentais. A aquisição dos exemplares foi iniciativa da professora de história Talita Bordignon. Segundo ela, a experiência trouxe muitos ganhos para a turma do 8º ano do ensino fundamental, como a oportunidade de assimilar melhor o conteúdo apresentado.

— As leis eram conceitos muito abstratos. Então, imaginei que, se eu mostrasse a Constituição federal, seria muito mais fácil de os alunos visualizarem como tudo funciona na prática e como uma sociedade democrática é construída a partir da elaboração das leis — declarou.

Talita explicou que, como a instituição de ensino não dispunha de recursos financeiros suficientes para a aquisição dos exemplares, decidiu comprar uma bicicleta e, em seguida, rifá-la. Com a ação, foi possível adquirir 45 exemplares e ainda visitar uma fazenda da região, como parte do projeto pedagógico.

— Gosto muito do poder transformador do que faço. Penso que os alunos precisam conhecer o mundo — afirmou.

De acordo com Talita, os estudantes tiraram dúvidas sobre as responsabilidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e aprenderam sobre os direitos e os deveres de cada cidadão.

— Fizemos um passeio pela Constituição. E, ao se depararem com a teoria, entenderam como a vida deles funciona no cotidiano — lembrou.

A professora pretende levar a publicação para as demais turmas em que leciona e incentiva outros colegas de profissão a fazerem o mesmo.

— Recomendo que os professores também façam uso das leis para que os alunos conheçam seus direitos e deveres, construídos ao longo do tempo de forma democrática — sugeriu.

Talita entrou em contato com o Senado pelo Facebook para elogiar o atendimento da equipe da Livraria Virtual do Senado, da qual faz parte o servidor Elicé Torres Batista, que há oito anos atua diretamente com o atendimento ao público.

— Ficamos estimulados a melhorar cada vez mais. Com certeza, esse tipo de reconhecimento nos incentiva — disse Elicé.



Alunos do 8º ano da Escola Estadual Oscália Góes Corrêa Santos, em Rio Claro (SP), usam a Constituição nas aulas da professora Talita Bordignon

Livraria do Senado realiza cerca de 50 atendimentos por dia

O chefe do Serviço de Controle e Distribuição do Acervo da Livraria do Senado, Ricardo Abril Marinho, explica que são realizados diariamente cerca de 50 atendimentos, por telefone e por e-mail.

Os cidadãos procuram informações sobre pedidos e compras, entre outras questões. Por mês, são atendidas pelo menos mil pessoas.

Entre as informações mais requisitadas, estão as relacionadas ao conteúdo das obras publicadas pelo Senado, às formas de entrega e aos prazos de

envio. A maioria dos questionamentos é respondida no mesmo dia e, quando não é possível, a questão é encaminhada para o setor responsável.

O reconhecimento do trabalho realizado, para Marinho, é motivo de satisfação, já que o objetivo da livraria é garantir que o cidadão tenha a demanda totalmente atendida.

— Nosso sentimento é de que alcançamos o que deveríamos alcançar. Nosso trabalho é justamente este: fazer o conteúdo chegar ao cidadão.

A Livraria Virtual pode ser acessada

pelo site <http://livraria.senado.gov.br>. Nela, é possível baixar e-books, adquirir exemplares e se informar sobre as publicações.

Para o esclarecimento de dúvidas, estão disponíveis os telefones (61) 3303-3575 ou 3303-3576 e o e-mail livros@senado.gov.br.

Presencialmente, há dois pontos de venda nas instalações do Senado: um no Túnel do Tempo, no edifício principal do Senado, e outro no prédio da Gráfica, na Via N2. Ambos funcionam das 10h às 17h, em Brasília.

Disponível em três formatos, publicação é a mais vendida da Casa

O diretor da Gráfica do Senado, Florian Madruga, explica que, nos últimos 28 anos, foram produzidos mais de 2,5 milhões exemplares da Constituição federal. A publicação é a mais vendida da Casa.

Em 2015, foram impressas 280 mil unidades e comercializadas 6,5 mil. O número de exemplares vendidos

foi considerado recorde, já que a média anual é de 4,5 mil unidades. A Carta Magna está disponível em três formatos: livro (R\$ 15), separata (R\$ 10) e tabloide (R\$ 5). A versão digital pode ser acessada no portal do Senado, gratuitamente (<http://livraria.senado.gov.br/ebook.constituicao>).

— O modelo livro tem quase 500

páginas. A versão separata traz apenas o texto da Constituição em 120 páginas, sem o índice temático. Já o tabloide é apresentado no formato de um pequeno jornal — disse Madruga.

O Senado tem ainda um convênio com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a impressão de exemplares da Constituição, acrescentou.

Senador Romário propõe que Carta Magna seja disciplina curricular

Uma proposta em análise no Congresso prevê que as escolas de ensino fundamental e médio devam passar a ofertar, entre os conteúdos curriculares, a introdução ao estudo da Constituição. O PLS 70/2015, aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) no ano passado, está em análise atualmente na Câmara dos Deputados.

Segundo Romário (PSB-RJ), autor

do projeto, ao levar os exemplares da Constituição para a sala de aula, os professores contribuem para a formação de adultos mais conscientes.

— A iniciativa da professora Talita é extremamente cidadã. Nossa lei ainda não inseriu o estudo da Constituição no currículo escolar, como sugere o projeto; porém, nada impede que professores colaborem com a formação

de brasileiros mais conscientes de seus direitos — incentivou o senador.

Romário ressalta que as deliberações curriculares quanto à abordagem do conteúdo devem ocorrer de forma conjunta com as pessoas que estão inseridas no dia a dia das escolas.

— O mais importante é que o conteúdo seja absorvido pelos alunos e eles levem isso por toda a vida — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Publicidade enganosa desafia regulação do setor

Em debate do Conselho de Comunicação, representante do governo citou práticas que mais preocupam, enquanto publicitários afirmaram que autorregulamentação funciona

PUBLICIDADE CLANDESTINA, PUBLICIDADE enganosa e publicidade abusiva são as três principais preocupações dos órgãos de regulação de publicidade e propaganda no Brasil, apontou seminário feito ontem pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS). Os conselheiros discutiram temas como veracidade das propagandas, merchandising e ideologia transmitida pelos comerciais.

O coordenador-geral de Estudo e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, Igor Rodrigues Britto, trouxe exemplos de publicidades que sofreram sanções administrativas por estarem em desacordo com os princípios do Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à publicidade enganosa, Britto citou o caso de empresas de serviço de telecomunicações que sofreram centenas de processos por anunciarem acesso ilimitado ao pacote de dados da internet

quando, na verdade, haviam apenas mudado a forma de prestar o serviço.

A publicidade abusiva, especialmente a voltada ao público infantil, também está sendo acompanhada pela Senacon, que se preocupa com temas como erotização precoce, adultização, indução a erro a respeito de alimentos e incitação a consumismo exagerado.

— Concordamos que esses pontos devam ser objeto de controle da atividade publicitária, porque impactam os seres humanos em fase de desenvolvimento, o que obviamente requer atenção especial — afirmou.

A publicidade clandestina, segundo Britto, é aquela que não mostra com clareza que se trata de um anúncio. O coordenador relatou que existem vários casos de descumprimento do princípio da transparência, constante no Código de Defesa do Consumidor.

O vice-presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar),



Entre as preocupações da Secretaria do Consumidor, Britto (ao microfone) destacou a propaganda abusiva para crianças

Edney Narchi, explicou que, no Brasil, o controle da publicidade se dá por meio de um sistema misto, composto de normas legislativas (controle estatal) e de uma autorregulamentação ética. O Conar é responsável por administrar o Código Brasileiro de Autor-

regulamentação Publicitária e, segundo Narchi, analisa centenas de processos de apresentações éticas todo ano.

Isenção

O presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), Orlando dos Santos Marques, explicou que a influência dos anunciantes no conteúdo jornalístico dos meios de comunicação é impedida, no Brasil, por uma convenção entre as entidades que representam as agências, os anunciantes e os veículos. A convenção estabelece que os anunciantes remunerem apenas as agências de publicidade.

— Isso garante a absoluta isenção dos veículos, o direito inalienável de poder informar com liberdade a sociedade em geral — afirmou Marques.

Os conselheiros manifestaram preocupação com características da publicidade no Brasil, como o papel subalterno da mulher, a falta de veracidade em alguns anúncios (como os que associam o produto ao uso por alguma celebridade), o merchandising em novelas e também os comerciais de medicamentos, em que o tempo para divulgação das contrain-

dicações é muito curto.

Os expositores explicaram que o Código de Defesa do Consumidor é uma norma dos anos 1990 e necessita de atualização, pois naquela época o uso da internet e da TV a cabo não era tão disseminado.

— Temos muitos conflitos a respeito disso que vão parar na Justiça. É um sinal de que são necessárias regras claras para desafogar o Judiciário, desafogar os órgãos de defesa do consumidor — afirmou o coordenador da Senacon.

Segundo o representante do Conar, Brasil, Espanha e Inglaterra são os únicos países listados pela European Advertising Standards Alliance como primeiro nível de autorregulamentação no mundo.

Questionado sobre o comportamento da população em relação à publicidade, o presidente da Abap disse que o brasileiro gosta de propaganda.

— O Brasil é um dos países em que há menos escape no intervalo comercial. Graças ao talento dos publicitários brasileiros, temos propaganda de qualidade, premiada mundialmente e protegida localmente por uma série de regulamentações — disse.

Conselho vai debater financiamento da produção cultural

O Conselho de Comunicação Social decidiu ontem promover um debate sobre o financiamento público da produção cultural. O evento está marcado para 11 de abril.

Os conselheiros querem ouvir especialistas sobre o atual modelo de financiamento de artistas, produtores e projetos culturais no Brasil. O objetivo da discussão é encontrar formas de aprimorar a burocracia envolvida no fomento cultural.

Serão convidados para o debate o ministro da Cultura, Juca Ferreira; o diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz; o presidente da Comissão de Ciência e

Tecnologia (CCT) do Senado, senador Lasier Martins (PDT-RS); e o músico Gilberto Gil, que foi ministro da Cultura entre 2003 e 2008.

No mesmo dia, o conselho deve ouvir deputados federais que participam da CPI dos Crimes Cibernéticos, em funcionamento na Câmara desde agosto de 2015. A CPI investiga denúncias de infrações penais e violações aos direitos humanos cometidas pela internet.

Notas públicas

Outra providência do conselho na reunião de ontem foi a redação de duas manifestações públicas. Uma delas refere-se ao Dia Internacional da Mulher, celebrado hoje. Na nota, o conselho ressalta

as desigualdades salariais e profissionais entre homens e mulheres. A outra nota trata das agressões a profissionais e veículos de comunicação. O conselho expressou repúdio ao tratamento violento contra jornalistas e ressaltou a importância do trabalho livre da imprensa para a sociedade.

O conselho decidiu também criar mais duas comissões de relatoria para elaborar análises sobre temas de tecnologia das comunicações. Uma comissão tratará da migração para a TV digital e a outra avaliará os serviços das repetidoras de televisão.

Nota sobre o Dia da Mulher: <http://bit.ly/NotaDiaDaMulher>
Violência contra jornalistas: <http://bit.ly/NotaViolênciaCom>

Comissão de MP sobre combate ao *Aedes aegypti* apresenta plano de trabalho

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 712/2016 reúne-se amanhã para apresentação do plano de trabalho. A MP prevê a adoção de medidas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, da chicungunha e da zika.

A medida determina que, em caso de iminente perigo à saúde pública pela presença do *Aedes*, a autoridade máxima do Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal fica autorizada a executar as ações necessárias ao controle das doenças transmitidas pelo mosquito.

Entre as iniciativas, estão a realização de visitas a imóveis públicos e particulares para eliminação do mosquito e de seus criadouros e a promoção de campanhas educativas à população. Também fica autorizada a entrada forçada nos imóveis, no caso de situação de abandono ou de ausência do morador. Nessas situações, o agente público poderá requerer auxílio à autoridade policial, se necessário.

A comissão mista é presidida pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC) e tem como relator-revisor o senador Humberto Costa (PT-PE).

Cassol sugere Dia contra o Câncer e volta a reivindicar liberação da fosfoetanolamina

Ivo Cassol (PP-RO) pediu em discurso que os organizadores da manifestação a favor da produção da fosfoetanolamina (conhecida como pílula do câncer), marcada para sábado, promovam um Dia Nacional contra o Câncer, mas em dia útil, e não em fim de semana. O senador considera o sábado impróprio para chamar a atenção da sociedade.

Ele também reforçou o pedido para que as autoridades de saúde do país liberem o acesso ao medicamento.



Alveteira Manz/Agência Senado

Proibição do trabalho escravo será discutida em audiências públicas em todo o país

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai fazer audiências públicas sobre o trabalho escravo em dez estados, espalhados nas cinco regiões brasileiras. O objetivo é discutir a regulamentação da PEC 57/2011, que proíbe o trabalho escravo. A decisão foi tomada ontem em reunião com representantes do governo e da sociedade civil.

Para o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), regulamentar “é proibir o trabalho escravo sem fazer injustiça nem para um lado, nem para o outro”:

— Vamos trabalhar na linha do consenso e da razoabilidade — disse.

Para a base aliada, Polícia Federal exagerou e investigação quer atingir o governo. Oposição avalia que Ministério Público e Justiça funcionam e democracia não corre riscos

Condução coercitiva de Lula opõe senadores

A condução coercitiva do ex-presidente Lula, durante a 24ª fase da Operação Lava-Jato, repercutiu ontem no Plenário. Senadores da base aliada e da oposição discordaram, em pronunciamentos, sobre a legalidade do procedimento adotado pela Polícia Federal na sexta-feira.

Em nota, o Ministério Público Federal afirmou que a condução coercitiva é juridicamente prevista e endossada pelos tribunais do país. Os advogados de Lula rebateram, dizendo que ele já prestou três depoimentos e que a medida não poderia ter sido requerida.

Paim classifica ação da Polícia Federal de exagerada

Paulo Paim (PT-RS) manifestou solidariedade ao ex-presidente Lula. Ele afirmou que houve exagero da Justiça na condução coercitiva.

A medida teria ferido o Estado democrático de direito, segundo o senador, porque o ex-presidente responderia ao que lhe fosse questionado. Paim disse que teria a mesma posição se isso tivesse acontecido com outros ex-presidentes, como Fernando Henrique Cardoso.

— Se tem denúncia, façam a investigação, doa a quem doer. Mas não precisava levar o ex-presidente da República sob vara para dar um depoimento.

Ana Amélia critica uso de avião oficial em visita a São Paulo

Ana Amélia (PP-RS) criticou a visita que a presidente Dilma Rousseff fez a Lula, sábado, em São Paulo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

A senadora questionou Dilma por ter usado avião oficial para prestar solidariedade a Lula em momento de crise, inflação e desemprego. Ela disse crer no perfeito funcionamento de instituições como Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário. E afirmou que Lula não tem o direito de se achar acima de qualquer suspeita e não ser investigado.

Lava-Jato combate corrupção apenas de governistas, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a Operação Lava-Jato é importante para o país, mas apresenta uma falha: querer combater apenas a corrupção envolvendo governistas.

— É uma investigação engajada, que tem o objetivo de desmoralizar o governo e, mais que isso, mudar o governo.

Para ela, o ponto mais alto dessa postura foi a condução coercitiva de Lula. A medida, disse, foi arbitrária e ilegal, pois, explicou, só se usa essa condução quando a pessoa já foi chamada para depor, mas não compareceu, o que não era o caso de Lula.

Cássio defende neutralidade das investigações

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que a condução de Lula não é a questão mais importante nem desqualifica a Lava-Jato. Para ele, as instituições estão funcionando dentro da lei e dos princípios da democracia, o que também afasta qualquer possibilidade de seletividade das apurações.

— Opiniões se houve ou não abusos, vai ter. O fato é que as investigações têm que ter curso e que sirvam para revelar a verdade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lindbergh afirma que democracia está em risco

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a democracia brasileira está em risco, ao condenar a condução coercitiva do ex-presidente.

Para ele, Lula foi vítima de “um sequestro ilegal e criminoso”. Atribuiu a condução coercitiva a um conluio entre a mídia e as autoridades do Ministério Público e disse que os juízes da Lava-Jato agem de forma “autoritária e raivosa”.

— Fracassarão sempre. Sempre tentaram baixar a cabeça de Lula. Nunca conseguiram.



Beto Barreto/Agência Senado

Capiberibe vê excesso em procedimento da PF

João Capiberibe (PSB-AP) leu uma nota em que seu partido apoia a Operação Lava-Jato e afirma que ela cumpre um papel importante no combate à corrupção e na recuperação do dinheiro desviado da Petrobras.



Moreira Mariz/Agência Senado

Ele ressaltou, porém, que o devido processo legal deve ser respeitado, sem prisões arbitrárias ou ações midiáticas. Afirmou que ninguém está acima da lei, mas considerou exagero a condução coercitiva do ex-presidente Lula.

Ferraço: Partido dos Trabalhadores não é vítima de conspiração

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) refutou a tese de que as investigações sobre o ex-presidente Lula representam um ataque à democracia. Ele chamou a atenção para o pleno funcionamento das instituições. O senador negou que o PT seja vítima de conspiração e lembrou que o próprio Lula e a presidente Dilma indicaram a maioria dos ministros dos tribunais superiores, os mesmos que entendem que as investigações da Lava-Jato se apoiam em fatos objetivos.



Moreira Mariz/Agência Senado

Episódio mostra que Justiça não é só para pobres, avalia Alvaro

Alvaro Dias (PV-PR) afirmou que o mandado de condução coercitiva que obrigou o ex-presidente Lula a depor é retrato de uma mudança no país. A ideia de que a Justiça existe só para o pobre está sendo substituída pelo conceito de que a Justiça é igual para todos, acrescentou. Ele disse que o Senado deve valorizar o Ministério Público, a Justiça e a Polícia Federal, que “estão trabalhando para limpar a sujeira que havia sido varrida para debaixo do tapete”.



Moreira Mariz/Agência Senado

Instituições do país funcionam bem, na opinião de Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) disse que, mesmo que tenha havido erros na condução coercitiva do ex-presidente Lula, o fato “não pode ferir de morte nem diminuir o valor das instituições”, como o Ministério Público Federal. O senador frisou que as instituições brasileiras encontram-se em pleno funcionamento e que a democracia não corre risco.

— Não queremos que, porque um ex-presidente foi levado para depoimento, essas instituições sejam destruídas.



Beto Barreto/Agência Senado

Para Caiado, Dilma cometeu crime ao viajar a São Bernardo

“É preciso avançar no processo de impeachment da presidente Dilma”, defendeu Ronaldo Caiado (DEM-GO), ao comunicar que seu partido apresentou à Procuradoria-Geral da República uma representação contra ela por crime de improbidade administrativa. Segundo Caiado, o crime foi cometido no sábado, quando ela se deslocou em veículos oficiais até a residência do ex-presidente Lula, em São Bernardo do Campo (SP), para manifestar solidariedade a ele.



Beto Barreto/Agência Senado

Segundo Viana, ação “ilegal e criminosa” fomenta o ódio

Jorge Viana (PT-AC) classificou como “ilegal e criminosa” a condução coercitiva de Lula. O senador ressaltou que o ex-presidente não se negava a colaborar e já tinha prestado outros depoimentos. Ele cobrou apoio à Lava-Jato, mas disse que não se pode confundir combate à corrupção com ações partidárias que podem abalar a ordem social:



Beto Barreto/Agência Senado

— O país está caminhando para ter sangue nas ruas, jogar brasileiro contra brasileiro. A semente do ódio germinou.

Wellington lamenta tensão política e pede investimentos

Após observar que a semana começa com previsão de turbulência, Wellington Fagundes (PR-MT) disse que o melhor neste momento é que o Congresso discuta e vote temas que afetam a vida do cidadão. Ele pediu investimentos urgentes no setor de transportes.



Moreira Mariz/Agência Senado

Para o senador, o clima político instala no brasileiro incerteza, medo e preocupação:

— É preciso dar um basta, porque o povo não pode ficar à mercê das disputas políticas.

Impeachment acabará com crise, argumenta Blairo

Blairo Maggi (PR-MT) defendeu a retomada do debate do impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso. Se Dilma for afastada, disse, o vice-presidente Michel Temer deve assumir o posto, mesmo sem contar com respaldo popular, o que o obrigará a fazer um governo de coalizão, com o Congresso e as lideranças civis.



Moreira Mariz/Agência Senado

— A saída para o Brasil é política, é a discussão do impeachment. Não dá para varrer para debaixo do tapete.

Vanessa reprova “espetacularização de ações judiciais”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a condução coercitiva do ex-presidente Lula foi uma “espetacularização de ações judiciais”.

Ela citou o Código Penal para defender que a condução coercitiva só pode ser usada caso o intimado recuse-se a depor, o que, segundo Vanessa, não ocorreu.

— A condução do presidente Lula foi um fato grave, uma ação violenta, agressiva e ilegal.

Vanessa destacou que juristas de renome e até ex-integrantes do governo FHC estão condenando a iniciativa da Polícia Federal.

Randolfe sugere recall do mandato da presidente

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse crer que a melhor saída para a crise política é uma consulta popular sobre a continuidade do mandato de Dilma. Ele teme que um impeachment gere uma “briga de rua” no país.



Senado Federal

— Convoque-se um referendo revogatório e o povo decide na urna a continuidade ou não do governo — sugeriu.

O recall de mandato não existe na legislação do país, mas o senador disse que deve apresentar projeto para criá-lo.